



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

REQUERIMENTO Nº DE - CRE



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, aditar o convite para comparecimento nesta Comissão, realizado mediante o Requerimento nº 2 - CRE, de 2019, ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a fim de que também preste na oportunidade informações sobre a mudança de posicionamento do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas acerca de denúncias feitas contra o Estado de Israel.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 21 de fevereiro deste ano, foi aprovado nesta Comissão o Requerimento nº 2, de 2019, com o objetivo de, nos termos do § 2º do art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal, realizar Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, para *discutir os rumos da política externa brasileira em momento de transição no âmbito da Pasta das Relações Exteriores.*

Sem destoar desse escopo, cremos que daquela data até o presente momento, vários fatos controversos foram sendo levados a cabo pela chancelaria brasileira, que precisam ser esclarecidos e debatidos.

Dentre estes, a mudança de posicionamento histórico do Brasil em relação às responsabilidades de Israel diante a situação palestina perante o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Em apertada síntese: 1) o Brasil rejeitou resolução que determinava o estabelecimento de justiça diante violações e crimes no território palestino, dentre os quais os cometidos pelo Estado de Israel no ano de 2018, em Gaza; 2) posicionou-se contrário à resolução que apontava violações de direitos humanos na ocupação das colinas de Golã e; 3) se absteve em relação à resolução que versava sobre os assentamentos israelenses em terras ocupadas.

Quanto à resolução pertinente ao estabelecimento de justiça por todas as vulnerações ao direito internacional no território palestino, que condena crimes como os ocorridos em 2018 em Gaza, ressalta-se que ela deriva de investigação de comissão internacional sobre os protestos no Território Palestino Ocupado, **autorizada pela resolução S-28/1, de 18 de maio de 2018, que teve voto favorável do nosso País**, e que apurou a responsabilidade de soldados israelenses na morte de mais de 180 manifestantes palestinos, incluindo trinta e cinco crianças e dois jornalistas. Esses crimes podem ser classificados como crimes de guerra ou crimes contra a humanidade, nos termos do Estatuto do Tribunal Penal Internacional.

O Brasil foi o único país latino-americano a votar contra essa resolução, que foi aprovada com vinte e oitos votos favoráveis, dentre os quais o do Chile. Este último País também foi um dos trinta e dois Países que apoiaram favoravelmente a resolução repudiando os assentamentos israelenses em terras ocupadas e um dos vinte e seis que votaram favoravelmente à resolução que apontou violações de direitos humanos na ocupação das Colinas de Golã, por parte de Israel.

O Brasil, neste ano, diante o próprio Conselho de Direitos Humanos da ONU, tem feito por vezes declarações genéricas contra a violação aos direitos

humanos, inclusive a respeito dos palestinos. Contudo, quando se envolve situações concretas de violações, nosso País ou se abstém ou mantém posição contrária à condenação dos atos violatórios.

Igualmente contraditória foi a posição do Brasil na última semana, no Chile, quando do anúncio de um novo bloco de nações latino-americanas, denominado de Prosul, que tem entre seus objetivos o “compromisso com a liberdade, a democracia e os Direitos Humanos”. Distintamente do Brasil, o Chile manteve coerência entre essa declaração de intenções e seu posicionamento nas Nações Unidas.

As posições de tamanha dissonância da política externa brasileira, tomadas em uma mesma semana, reclamam explicações claras do chanceler, o que nos leva a solicitar a alteração do requerimento de convite, de nº 2, de 2019, da CRE, para acrescentar a necessidade de explicar a mudança de posicionamento do Brasil nas Nações Unidas sobre a Palestina, em matéria de violação de direitos humanos atribuída a Israel.

Sala da Comissão, 26 de março de 2019.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)